

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Unidade jurisdicionada: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb

Natureza jurídica: Fundação

Exercício da Prestação de Contas: 2017

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS.....	04
LISTA DE QUADROS.....	05
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	06
1.1 Identificação.....	06
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	06
1.3 Informações gerais.....	06
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	10
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	10
3 ÁREA OPERACIONAL.....	15
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s).....	15
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	22
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	22
4.2 Área patrimonial.....	26
5 ÁREA DE PESSOAL.....	28
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	28
6 CONTROLE INTERNO.....	30
7 CONTROLE EXTERNO.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GCC	Gestão de Contas de Consumo Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DAF	Diretoria Administrativa e Financeira
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
LOA	Lei Orçamentária Anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PAOE	Projeto/ Atividade/ Operações Especiais
PPA	Plano Plurianual
PPSUS	Programa Pesquisa para Sistema Único de Saúde
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SIAP	Sistema de Administração de Patrimônio
SICONV	Sistemas de Convênios
SIGA	Sistema de Gestão e Apoio à Pesquisa
SIMPAS	Sistema Integrado de Material Patrimônio e Serviços
SIP	Sistema de Protocolo
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SISCT	Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	10
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	11
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	11
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	11
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	11
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	12
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	12
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	13
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	22
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	23
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	23
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	23
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	24
TABELA 14	Convênios de captação	24
TABELA 15	Convênios de repasse.....	24
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	25
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	27
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	27
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação.....	28
TABELA 20	Cargos comissionados.....	29
TABELA 21	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	06
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	08
QUADRO 3	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.....	16
QUADRO 4	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	17
QUADRO 5	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.....	19
QUADRO 6	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	24
QUADRO 7	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	25
QUADRO 8	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	25
QUADRO 9	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	26
QUADRO 10	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	27
QUADRO 11	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	27
QUADRO 12	Movimentação de pessoal no exercício.....	29
QUADRO 13	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	32
QUADRO 14	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	33
QUADRO 15	Recomendações dos demais órgãos de controle	33

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia/Fapesb

Poder: Executivo

CNPJ: 04.902.299/0001-20

Vinculação: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação/SECTI

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Lázaro Raimundo dos Passos Cunha

Período de gestão: 29/03/2017 até a presente data.

Nome: Eduardo Santana de Almeida

Período de gestão: 13/03/2015 até 28/03/2017.

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

A FAPESB tem por objetivo a formação e qualificação de recursos humanos, o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação e a manutenção de pesquisa no estado da Bahia.

A Fundação foi criada através da Lei nº. 7.888 de 27 de agosto de 2001 e alterada pela Lei nº. 10.216 de 26 de junho de 2006.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
Resolução nº 001/2009	Resolução de doação e cessão dos bens adquiridos através de projetos fomentados.
Lei nº. 11.174/2008 e Lei Federal nº. 10.973/2004	Dispõem sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo e dá outras providências.
Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016,	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação

Fonte: Portal Fapesb

:

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional

Organograma Oficial



Organograma Atual

A Fundação foi criada em 2001 e, ao longo do tempo, ocorreram algumas alterações em sua estrutura organizacional.



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UU

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
Conselho Curador	Órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior da Fapesb.	Aprovar e formular as políticas, critérios e normas que orientam a concessão de apoio técnico e financeiro; aprovar o relatório de gestão, inclusive a prestação de contas, os demonstrativos contábil, financeiro e patrimonial e dos relatórios de atividades anuais, com vistas à verificação de resultados; acompanhar e avaliar o desempenho da Fundação.
Procuradoria Jurídica	Exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico da Fapesb, mediante vinculação técnica à Procuradoria Geral do Estado.	Promover a defesa da Fapesb, em qualquer instância, em processo no qual a mesma for autora, ré ou terceira interveniente; pronunciar-se sobre os assuntos de natureza jurídica ou administrativa, emitindo parecer; recomendar ao Diretor Geral as providências de natureza jurídica necessárias à aplicação das leis; colaborar na elaboração e analisar minutas de portarias, resoluções, contratos, convênios, acordos, normas técnicas, exposições de motivos, memoriais e outros documentos que envolvam matérias jurídicas; analisar as minutas dos editais de licitações, nacionais e estrangeiras, e pronunciar-se quanto ao seu aspecto legal e institucional.
Controle Interno	Assessorar a Diretoria Geral na tomada de decisões.	I - planejar, executar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de controle interno, no âmbito do órgão ou entidade; II - adequar o planejamento e a execução de suas atividades às orientações técnicas que forem emanadas da Auditoria Geral do Estado - AGE; III - encaminhar a AGE relatórios das atividades de controle interno realizadas no respectivo órgão ou entidade, quando solicitado; IV - propor a AGE medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes ao controle interno, com vistas à prevenção de erros e à racionalização na utilização de recursos públicos; V - cooperar com a AGE nas auditorias que forem desenvolvidas nas unidades do respectivo órgão ou entidade; VI - acompanhar e controlar a implementação de providências recomendadas pela AGE, pelo Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de fiscalização e controle; VII - orientar o gestor do órgão ou entidade em assuntos de competência de controle interno; VIII - orientar os demais gestores de bens e recursos públicos, bem como os responsáveis por contratos e convênios, nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre o acompanhamento e a forma de prestação de contas; IX - dar ciência imediata ao dirigente máximo do órgão ou entidade da ocorrência de irregularidades que impliquem lesão ou risco de lesão ao patrimônio público, com vistas à adoção das medidas pertinentes, inclusive a apuração da responsabilidade dos envolvidos; X - auxiliar o órgão ou entidade na elaboração da prestação de contas, a ser apresentada anualmente ao Tribunal de Contas do Estado; XI - desenvolver outras atividades correlatas.
Diretoria Geral	Dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades da Fapesb.	Representar a Fapesb, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, inclusive, celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes e outros instrumentos legais; firmar termos de concessão de auxílios; expedir os atos administrativos de competência da Fapesb; remeter ao TCE a prestação de contas da Fapesb, referente ao exercício anterior; submeter ao Conselho Curador os relatórios de atividades da Fapesb; autorizar a abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, sempre com a assinatura conjunta do Diretor Administrativo-Financeiro; assinar e endossar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, duplicatas, notas promissórias e outros títulos de créditos; constituir comissões, grupos de trabalho, aprovar editais e resultados de licitações; praticar atos de gestão de recursos humanos, nomear, exonerar, promover e praticar atos correlatos; promover e controlar a aplicação de recursos destinados às atividades da Fapesb; homologar e dispensar licitações.
Assessoria Técnica	Desempenhar atividades de planejamento, programação, orçamento, acompanhamento, modernização administrativa e avaliação institucional.	Assessorar a formulação de políticas, diretrizes e definição de prioridades; coordenar a elaboração do plano de trabalho; assessorar o Diretor Geral na formulação dos planos, programas e projetos e na formulação, celebração e acompanhamento de convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; consolidar as informações fornecidas pelos órgãos que integram a Fapesb, para elaboração dos relatórios de atividades; elaborar, em articulação com a Diretoria Administrativo-Financeira - DAF, as propostas orçamentárias da Fapesb; acompanhar e avaliar os planos, programas, projetos e atividades em execução; promover a identificação de agências e fontes de financiamento para captação de recursos financeiros destinados à implantação de programas e projetos da Fapesb, em articulação com a DAF; acompanhar, em articulação

		com a DAF, a prestação de contas relativas a convênios, acordos e contratos celebrados; desenvolver, coordenar, implantar e acompanhar, em articulação com a DAF, ações que promovam a modernização de sistemas administrativos, normatização, reestruturação organizacional e avaliação institucional.
Diretoria Científica	Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à ciência da Fapesb.	Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à ciência da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre ciência; elaborar relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral a criação de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas e apresentar sugestões de nomes de especialistas para a sua composição; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.
Diretoria de Inovação	Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb.	Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre tecnologia e inovação; elaborar e participar de relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral sugestões de nomes de especialistas de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.
Diretoria Administrativa Financeira	Executa as atividades de administração geral, orçamentária, financeira e contábil da Fapesb.	Executar e controlar as atividades de administração de pessoal da Fapesb; preparar o expediente necessário à aquisição de bens, de acordo com a legislação pertinente; zelar pela guarda do material armazenado; encaminhar à Coordenação Financeira as aquisições, autorizações de fornecimento e notas fiscais dos materiais adquiridos; efetuar o controle físico-financeiro do material estocado; elaborar balancetes mensais e inventário anual de material; promover o cadastramento e tombamento dos bens móveis e imóveis, inspecionando as condições e uso, bem como o controle de sua utilização; executar e controlar os serviços de expedição, recebimento, distribuição e tramitação de documentos; supervisionar os serviços de portaria, telefonia, refeitório dos servidores, copa, zeladoria, vigilância, limpeza, manutenção e conservação do prédio; organizar e manter atualizado o cadastro dos veículos e equipamentos da Fapesb; programar, fiscalizar e controlar a utilização, movimentação, manutenção, recolhimento e regularização dos veículos; adquirir, registrar, classificar, catalogar e conservar o acervo bibliográfico e documental de interesse da Fapesb; desenvolver e implantar, em articulação com a Assessoria Técnica, ações que promovam a racionalização de práticas e sistemas administrativos, normatização e reestruturação organizacional e avaliação institucional; efetuar a classificação dos documentos contábeis, de acordo com o Plano de Contas; efetuar o acompanhamento, o registro analítico e a conciliação mensal das contas bancárias; executar a escrituração contábil da Fapesb e proceder à contabilização orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar balancetes e balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como demonstrativos contábeis, necessários à prestação de contas da Fapesb; proceder ao controle contábil dos depósitos, cauções, fianças bancárias e de qualquer outro ingresso; efetuar a liquidação da despesa e os respectivos registros contábeis; acompanhar e controlar a execução financeira do orçamento da Fapesb; acompanhar a execução de convênios, acordos, contratos e aditivos, mediante relatórios mensais da posição financeira e dos registros orçamentários de cada um; orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas aos contratos e convênios; administrar e controlar a atuação da Ouvidoria da Fapesb; propor, organizar e administrar métodos de melhoria contínua da Comunicação Interna.

Fonte: Resolução n.º 01/2006, aprovada pelo Decreto n.º 10.065 de 01/08/2006.

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

O orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, possuindo 1 % da Receita Tributária Líquida do Estado, teve seu orçamento aprovado, através da LOA - Lei do Orçamento Anual de acordo ao decreto nº13.602, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 30/12/2016, edição 22.108, perfazendo um Total inicial de R\$ 128.103.402,00, deduzindo durante o exercício um valor de R\$ 40.216.807,00, concernente a contingenciamentos, totalizando um valor de R\$ 87.886.595,00 para o ano de 2017.

Do orçamento final do exercício, foi executado um valor de R\$ 70.706.443,61 que corresponde a um percentual de 80,45%, sendo que R\$ 59.245.211,88 foi o número final apropriado ao programa 201 - Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento, que por sua vez foi executado 78,17%.

No custeio foi executado um montante de R\$ 2.252.467,90, que representa um percentual de 3,19% da execução total da FAPESB.

O valor de R\$ 40.069.955,79 que foram direcionados para o Apoio a Formação e a Capacitação na Área de Ciência, Tecnologia e Inovação, correspondendo a um percentual de 56,67%. Salientamos que houve uma redução de gasto da ordem de grandeza de R\$ 2.022.772,21 em comparação ao exercício de 2016.

Informamos também que a FAPESB teve um custo com pessoal de R\$ 3.672.239,46 para o exercício de 2017, que corresponde a 5,19% do orçamento executado.

A FAPESB diante do cenário financeiro em que o Estado da Bahia atravessou no ano de 2017, não fez nenhuma aquisição com Equipamentos e Material Permanente.

TABELA 1 – Execução da receita – Não se aplica

R\$1,00

Fonte		Previsto	Atual	Realizado
Código	Descrição			
Total				

Fonte:

TABELA 2 – Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO)

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Concedidas
Código	Descrição	Inicial	Atual				
28201	FAPESB	R\$ 128.103.402,00	R\$ 87.886.595,00	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71	R\$ 1.651.981,96
Total		R\$ 128.103.402,00	R\$ 87.886.595,00	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71	R\$ 1.651.981,96

Fonte:Fiplan\Plan 60

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$ 1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 0001 FAPESB Executora						
18	Gestão Ambiental	R\$ -	R\$ -	R\$ 174.189,00	R\$ 174.189,00	R\$ 174.189,00
19	Ciência e Tecnologia	R\$ 128.103.402,00	R\$ 87.868.995,00	R\$ 70.527.428,62	R\$ 70.527.428,62	R\$ 70.286.822,72
28	Encargos Especiais	R\$ -	R\$ 17.600,00	R\$ 4.825,99	R\$ 4.825,99	R\$ 4.825,99
Total		R\$ 128.103.402,00	R\$ 87.886.595,00	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$ 1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 0001 FAPESB Executora						
201	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	R\$ 110.586.402,00	R\$ 75.794.511,00	R\$ 59.245.211,88	R\$ 59.245.211,88	R\$ 59.192.531,88
203	Desenvolvimento Produtivo	R\$ 10.000.000,00	R\$ 4.356.683,00	R\$ 3.664.686,47	R\$ 3.664.686,47	R\$ 3.532.899,72
207	Meio Ambiente e Sustentabilidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 174.189,00	R\$ 174.189,00	R\$ 174.189,00
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	R\$ 7.517.000,00	R\$ 7.717.801,00	R\$ 7.617.530,27	R\$ 7.617.530,27	R\$ 7.561.391,12
900	Operação Especial	R\$ -	R\$ 17.600,00	R\$ 4.825,99	R\$ 4.825,99	R\$ 4.825,99
Total		R\$ 128.103.402,00	R\$ 87.886.595,00	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$ 1,00

Categoria Econômica/Grupo da Despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 0001 FAPESB Executora						
1	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 4.348.000,00	R\$ 3.963.441,00	R\$ 3.947.212,32	R\$ 3.947.212,32	R\$ 3.894.610,32
3	Outras Despesas Correntes	R\$ 96.237.402,00	R\$ 67.133.343,00	R\$ 56.328.120,88	R\$ 56.328.120,88	R\$ 56.245.946,73
4	Investimento	R\$ 27.518.000,00	R\$ 16.789.811,00	R\$ 10.431.110,41	R\$ 10.431.110,41	R\$ 10.325.280,66
Total		R\$ 128.103.402,00	R\$ 87.886.595,00	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$ 1,00

Código	Elemento de Despesa Descrição	Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
		Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 0001 FAPESB Executora						
03	Pensões do RPPS e do Militar	R\$ 36.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
04	Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil	R\$ 43.000,00	R\$ 43.000,00	R\$ 34.018,66	R\$ 34.018,66	R\$ 34.018,66
05	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	R\$ 24.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
08	Outros Benefícios Assistenciais	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 1.576,12	R\$ 1.576,12	R\$ 1.576,12
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.237.000,00	R\$ 3.040.356,00	R\$ 3.040.355,50	R\$ 3.040.355,50	R\$ 3.013.453,97
13	Obrigações Patronais	R\$ 660.000,00	R\$ 598.573,00	R\$ 598.572,38	R\$ 598.572,38	R\$ 572.871,91
14	Diárias - Pessoal Civil	R\$ 24.000,00	R\$ 17.500,00	R\$ 16.960,50	R\$ 16.960,50	R\$ 16.960,50
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 84.000,00	R\$ 33.312,00	R\$ 33.311,58	R\$ 33.311,58	R\$ 33.311,58
18	Auxílio Financeiro a Estudante	R\$ 48.144.000,00	R\$ 38.205.004,00	R\$ 38.204.953,13	R\$ 38.204.953,13	R\$ 38.204.953,13
20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	R\$ 44.326.402,00	R\$ 30.138.523,00	R\$ 20.260.956,35	R\$ 20.260.956,35	R\$ 20.076.489,60
30	Material de Consumo	R\$ 84.000,00	R\$ 40.205,00	R\$ 39.999,55	R\$ 39.999,55	R\$ 39.999,55
31	Premiações Culturais Artísticas e Científicas	R\$ -	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00
33	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 36.000,00	R\$ 176.157,00	R\$ 172.388,14	R\$ 172.388,14	R\$ 172.388,14
35	Serviços de Consultoria	R\$ -	R\$ 88.600,00	R\$ 68.800,00	R\$ 68.800,00	R\$ 68.800,00
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 12.000,00	R\$ 127.630,00	R\$ 104.649,81	R\$ 104.649,81	R\$ 104.649,81
37	Locação de Mão-de-Obra	R\$ 1.165.000,00	R\$ 1.171.274,00	R\$ 1.171.273,29	R\$ 1.171.273,29	R\$ 1.167.788,27
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.404.000,00	R\$ 2.115.575,97	R\$ 1.766.823,55	R\$ 1.766.823,55	R\$ 1.766.771,42
41	Contribuições	R\$ 2.016.000,00	R\$ 964.688,00	R\$ 949.765,02	R\$ 949.765,02	R\$ 949.765,02
42	Auxílios	R\$ 9.360.000,00	R\$ 1.093.550,00	R\$ 1.093.511,27	R\$ 1.093.511,27	R\$ 1.093.511,27
45	Subvenções Econômicas	R\$ 12.240.000,00	R\$ 7.055.685,00	R\$ 1.609.435,45	R\$ 1.609.435,45	R\$ 1.609.435,45
46	Auxílio Alimentação	R\$ 66.000,00	R\$ 92.208,00	R\$ 92.207,80	R\$ 92.207,80	R\$ 92.207,80
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 120.000,00	R\$ 45.220,00	R\$ 44.846,23	R\$ 44.846,23	R\$ 44.846,23
48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ -	R\$ 663.571,00	R\$ 654.914,76	R\$ 654.914,76	R\$ 654.914,76
49	Auxílio Transporte	R\$ 60.000,00	R\$ 64.898,00	R\$ 64.897,52	R\$ 64.897,52	R\$ 64.897,52
52	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.656.000,00	R\$ 1.403.150,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
91	Cumprimento de Sentença Judiciária	R\$ -	R\$ 12.000,00	R\$ 4.825,99	R\$ 4.825,99	R\$ 4.825,99
92	Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ -	R\$ 250.222,03	R\$ 248.590,42	R\$ 248.590,42	R\$ 248.590,42
93	Indenizações e Restituições	R\$ -	R\$ 176.666,00	R\$ 165.783,92	R\$ 165.783,92	R\$ 165.783,92
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R\$ 300.000,00	R\$ 153.027,00	R\$ 153.026,67	R\$ 153.026,67	R\$ 153.026,67
Total		R\$ 128.103.402,00	R\$ 87.886.595,00	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$ 1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Recebidas
Código	Descrição				
0000	FAPESB	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
0001	FAPESB EXECUTORA	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71	R\$ 174.189,00
Total		R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.706.443,61	R\$ 70.465.837,71	R\$ 174.189,00

Fonte:Fiplan\Plan 60

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$ 1,00

Unidade Gestora		Categoria ¹			
Código	Descrição	Despesas de Exercícios encerrados ²	Restos a Pagar com prescrição interrompida ³	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente	Total
0001	FAPESB EXECUTORA	R\$ 248.590,42			
Total		R\$ 248.590,42	R\$ -	R\$ -	R\$ 248.590,42

Fonte:Fiplan\Plan 60

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL

O exercício de 2017 foi marcado por um período de grande recessão econômica e de cortes orçamentários e no repasse de recursos, o que inviabilizou o lançamento de importantes editais na área de ciência, tecnologia e inovação e reduziu drasticamente o apoio a novos projetos de pesquisa, comprometendo a execução física das ações orçamentárias sob a responsabilidade da Fapesb.

Mesmo diante deste difícil cenário, a Fapesb buscou sanar as pendências de pagamento de projetos contratados em exercícios anteriores e contribuir de forma significativa com ações estratégicas para o estado, que incluem o fomento aos cursos de pós-graduação; o fortalecimento dos acordos de cooperação internacional; o fomento à pesquisa e inovação; e o aumento da eficiência na condução dos processos administrativos da Fundação. Além disso, trabalhou arduamente na implementação de processos de tomada de decisão pautados em dados, considerando os diferentes atores envolvidos, e na utilização racional dos recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros disponíveis, visando alcançar melhores resultados quantitativos e qualitativos no desempenho das suas funções.

A importância da Fapesb para o desenvolvimento científico e tecnológico do estado pode ser percebida através:

- do aumento do número de laboratórios nas universidades e centros de pesquisa baianos, tanto na capital quanto no interior, graças ao trabalho de interiorização que a Fundação vem realizando;
- do crescimento do número de mestres e doutores no estado;
- do aumento da nota de avaliação da Capes para os Programas de Pós-Graduação stricto sensu baianos;
- do crescimento do número de Programas de Pós-Graduação na Bahia;
- da participação de pesquisadores baianos em eventos nacionais e internacionais para apresentação de trabalhos científicos e tecnológicos;
- do incremento do número de eventos científicos, tecnológicos, de inovação e de empreendedorismo realizados na Bahia.

A Fapesb atuou de forma preventiva e didática, realizando reuniões de conscientização com os seus colaboradores e pesquisadores beneficiados, visando aumentar a eficiência e o controle na aplicação dos recursos, através dos instrumentos legais firmados. Além disso, a aplicação dos recursos destinados ao fomento obedeceu rigorosamente ao princípio da economicidade e à lei nº 8.666/93.

Atendendo aos princípios da eficiência e da economicidade, todos os resultados quanto à atividade-fim da Fapesb foram obtidos com o mínimo de dispêndio em custos operacionais, o que pode ser considerado uma das garantias de sucesso no cumprimento de sua função.

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s)

3.1.1 Avaliação dos resultados das ações orçamentárias:

As dificuldades orçamentárias e financeiras, enfrentadas pela Fapesb em 2017, impossibilitaram o lançamento de importantes editais de fomento à ciência, tecnologia e inovação, trazendo, por via de consequência, a redução na contratação de novos projetos. Salienta-se, inclusive, que os projetos contratados em 2017, em sua grande maioria, foram oriundos de editais lançados em exercícios anteriores.

Esta situação impactou a execução física das ações orçamentárias 5416, 5373, 5681, 5682 e 5330 do Programa 201 e 5420 do Programa 203 conforme se depreende da análise do Quadro 5. Em todas essas ações houve a necessidade de descontinuar metas pactuadas na LOA 2017 no módulo de acompanhamento do Fiplan. A única exceção ocorreu na PAOE 5418 do Compromisso 2 do Programa 201, que teve sua meta superada em razão do aumento de concessão de cotas de bolsas para alunos de pós-graduação *stricto sensu* de universidades e centros de pesquisa, localizados na Bahia, visando aumentar a formação de recursos humanos qualificados em áreas estratégicas para o estado.

Nesse delicado cenário, a atual gestão priorizou o pagamento de bolsas e de projetos contratados em exercícios anteriores (passivo). O passivo de recursos em projetos em 2017, nos Programas 201 e 203, apto a ser pago, atingiu o montante de R\$ 33.580.702,30, sendo realizado o pagamento de R\$ 21.783.330,44 (64,87%), ainda restando um passivo de R\$ 11.797.371,86 ao final do exercício.

A Fundação iniciou o exercício com um orçamento nas ações de fomento dos Programas 201 e 203 de R\$ 120.586.402,00 e finalizou com R\$ 80.151.194,00 em razão de contingenciamento orçamentário sofrido no exercício. E do orçamento final desses programas, apenas recebeu concessão financeira para efetuar pagamentos no valor de R\$ 62.725.431,60, dos quais R\$ 40.069.955,79 (63,88%) foram destinados ao apoio à formação na área de ciência, tecnologia e inovação, ou seja, ao pagamento de bolsas de pesquisa.

Dessa forma, no Compromisso 1 do Programa 201, conforme Quadro 5, de 80 novos projetos previstos para serem apoiados, a Fundação apenas contratou seis (7,5%). Houve a descontinuação de metas na PAOE 5416 (9), PAOE 5373 (58) e PAOE 5681 (7).

No compromisso 2 do Programa 201, embora tenha havido a superação da meta da PAOE 5418 em 10,2% conforme supramencionado, na PAOE 5682, apenas foi possível apoiar 68 projetos dos 100 projetos previstos para o exercício, ou seja, apenas 68% do previsto, sendo a maior parte desses apoios fruto de editais lançados em exercícios anteriores.

No compromisso 3 do Programa 201, nenhum projeto foi contratado, havendo a

descontinuação de 100% da meta, em razão da falta de recursos, desde o exercício anterior, para o lançamento de um edital específico para fomento ao desenvolvimento de projetos de tecnologias sociais e ambientais.

No compromisso 3 do Programa 203, nenhum projeto foi contratado neste exercício, havendo a descontinuação de 100% da meta, em razão da impossibilidade do lançamento de novos editais em 2017. Além disso, o edital lançado em 2016, no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa da Fapesb, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, ainda está em fase de avaliação e com previsão de contratação em 2018.

QUADRO 3 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob responsabilidade da UJ – Não se aplica

Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso⁽¹⁾:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

⁽²⁾ Ações orçamentárias com indicativo de prioridade (Referência: Relatório M&A 004/FIPLAN).

QUADRO 4 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ (por unidade orçamentária)

Unidade Orçamentária (UO): 28201	
Programa: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	Código: 201
Compromisso⁽¹⁾: 1 - Apoiar o desenvolvimento de projetos, pesquisa e infraestrutura na área de ciência, tecnologia e inovação, para a consolidação e diversificação das cadeias produtivas estratégicas	
Iniciativa: 1 - Fomentar projetos de infraestrutura para a pesquisa	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5416	Apoio a Projeto de Infraestrutura de Pesquisa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação
Iniciativa: 2 - Fomentar projetos de pesquisa em CT&I.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5373	Apoio a Projeto de Pesquisa de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação
Iniciativa: 3 - Fomentar a cooperação internacional.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5681	Fomento à Cooperação Internacional na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação
Compromisso⁽¹⁾: 2 - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, através do apoio à formação e à capacitação de recursos humanos, de acordo com as necessidades do Estado.	
Iniciativa: 1 - Conceder bolsas para a formação e a capacitação em CT&I.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5418	Apoio à Formação na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação
Iniciativa: 5 - Fomentar a disseminação do conhecimento em CT&I.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
5682	Apoio à Disseminação do Conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação
Compromisso: 3 - Apoiar projetos de tecnologias sociais e ambientais e ações que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais.	
Iniciativa: 1 - Fomentar o desenvolvimento de projetos de tecnologias sociais e ambientais.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5330	Apoio a Projeto de Inovação de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável

Continua Quadro 4

Unidade Orçamentária (UO): 28201	
Programa: Desenvolvimento Produtivo	Código: 203
Compromisso: 3 - Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores para melhorar a competitividade	
Iniciativa: 1 - Fomentar a competitividade empresarial e projetos voltados ao empreendedorismo de base tecnológica.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5420	Apoio a Projeto de Inovação de Competitividade Empresarial

Fonte: Relatório M&A 004/FIPLAN.

Notas:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ (Referência: Relatório M&A 004/FIPLAN).

QUADRO 5 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa sob responsabilidade da UJ

Unidade Orçamentária (UO): 28201								
Programa: 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento								
Compromisso: 1 - Apoiar o desenvolvimento de projetos, pesquisa e infraestrutura na área de ciência, tecnologia e inovação, para a consolidação e diversificação das cadeias produtivas estratégicas								
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira		
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto	Em execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
5416 - Apoio a Projeto de Infraestrutura de Pesquisa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação	2177 - Projeto de infraestrutura em CT&I apoiado	un	10	0	1	28.212.000,00	21.532.097,00	5.622.840,18
5373 - Apoio a Projeto de Pesquisa de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação	2178 - Projeto de pesquisa em CT&I apoiado	un	60	0	2	27.374.402,00	11.702.447,00	11.024.839,14
5681 - Fomento à Cooperação Internacional na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação	1771 - Cooperação internacional em CT&I fomentada	un	10	0	3	3.500.000,00	933.386,00	931.245,59
Total	-	-	-	-	-	59.086.402,00	34.167.930,00	17.618.924,91

Continua Quadro 5

Unidade Orçamentária (UO): 28201								
Programa: 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento								
Compromisso: 2 - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, através do apoio à formação e à capacitação de recursos humanos, de acordo com as necessidades do Estado.								
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira		
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto	Em execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
5418 - Apoio à Formação na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação	0534 - Bolsa de CT&I concedida	un	2000	0	2204	47.000.000,00	40.070.007,00	40.069.955,79
5682 - Apoio à Disseminação do Conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação	2179 - Apoio em CT&I realizado	un	100	0	68	3.000.000,00	922.954,00	910.097,25
Total	-	-	-	-	-	50.000.000,00	40.992.961,00	40.980.053,04
Unidade Orçamentária (UO): 28201								
Programa: 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento								
Compromisso: 3 - Apoiar projetos de tecnologias sociais e ambientais e ações que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais								
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira		
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto	Em execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
5330 - Apoio a Projeto de Inovação de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	0931 - Projeto de CT&I apoiado	un	10	0	0	1.500.000,00	633.620,00	633.553,93
Total	-	-	-	-	-	1.500.000,00	633.620,00	633.553,93

Continua Quadro 5

Unidade Orçamentária (UO): 28201								
Programa: 203 – Desenvolvimento Produtivo								
Compromisso: 3 - Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores para melhorar a competitividade								
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira		
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto	Em execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
5420 - Apoio a Projeto de Inovação de Competitividade Empresarial	2273 - Projeto de CT&I empresarial apoiado	un	30	0	0	10.000.000,00	4.356.683,00	3.532.899,72
Total	-	-	-	-	-	10.000.000,00	4.356.683,00	3.532.899,72

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2016-2019 – M&A 011.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

A longo do exercício de 2017 foram realizados 02 (dois) certames licitatórios, ambos na modalidade Pregão Eletrônico, sendo: nº 003/2017, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Copa e Cozinha – Posto Copeira, cujo arrematante fora a empresa MIX Construção e Serviços Eirele – ME, ao custo total da ordem de R\$ 2.249,80 (dois duzentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), mensal e R\$ 26.997,60 (vinte e seis mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), anual, e nº 002/2017, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Gestão de Convênio, em cumprimento ao escopo do Convênio celebrado com a FINEP, sob os nºs 01.13.0201.01 – Ação Transversal – TECNOVA e nº 05.13.0202.00 – Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa – TECNOVA BAHIA, cuja empresa vencedora fora a ACT Contabilidade Sociedade Simples –EPP, a custo total da ordem de R\$ 23.749,99 (vinte e três mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), mensal e R\$ 284.999,88 (duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

Ainda, durante o aludido exercício de 2017, foram realizadas 80 dispensas eletrônicas e tradicionais, com espeque no art. 59, inciso II da lei estadual 9.433, quando da consecução de material de consumo e/ou serviços, perfazendo um total da ordem de R\$ 179.328, 03 (centro e setenta e nove mil trezentos e vinte e oito reais e três centavos), bem como foram realizadas 120 inexigibilidades, notadamente quando da contratação de consultores “Ad Hoc”, assinatura de jornal e Diário Oficial do Estado, cujo dispêndio atingiu a cifra de R\$ 75.659,00 (setenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove reais).

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite	-	-	-	-	-
Tomada de preços	-	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-	-
Pregão Presencial	-	-	-	-	-
Pregão Eletrônico	02	-	02	02	R\$ 311.997,48
Curso	-	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-	-
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)	-	-	-	-	-

Outros ⁽⁴⁾	-	-	-	-	
Subtotal	02	-	02	02	R\$ 311.997,48
Contratação direta					
Dispensa	80	-	-	80	R\$ 179.328,03
Inexigibilidade	135	-	-	135	R\$ 75.659,00
Outros ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-
Subtotal	215	-	-	215	R\$ 254.987,03
Total	217	-	02	217	R\$ 566.984,51

Fonte: SIMPAS/FIPLAN

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	03	R\$ 317.997,48	R\$ 94.057,20

Fonte: DAF/FAPESB/FIPLAN

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício – Não se aplica

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão			

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	22	R\$ 3.430.134,32	R\$ 3.159.219,25	R\$ 9.876.999,42

Fonte: DAF/FAPESB/FIPLAN

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores – Não se aplica

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão				

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

QUADRO 6 – Tomadas de contas de contratos de gestão – Não se aplica

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	-
Em andamento ⁽²⁾	-
Concluídas ⁽³⁾	-

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 14 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Recebimento (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios	-	11	-	R\$ 81.162.000,00	R\$3.300.000,00	R\$62.587.019,44
Outros Ajustes ⁽⁵⁾	-	10	-	R\$128.679.300,00	-	R\$33.300.000,00
Total	-	21	-	R\$209.841.300,00	R\$3.300.000,00	R\$95.887.019,44

Fonte: DAF

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Desembolso (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios	0	50	14	R\$ 11.780.899,83	R\$ 1.996.035,90	R\$ 5.438.153,97
Termo de Outorga Bolsas ⁽⁵⁾	2051	808	2332	R\$ 98.492.256,53	R\$ 40.923.060,18	R\$ 91.589.734,35
Termo de Outorga Projeto ⁽⁵⁾	15	543	244	R\$ 81.737.686,86	R\$ 18.275.044,54	R\$ 49.371.407,72
Contratos ⁽⁵⁾	1	32	23	R\$ 6.538.401,15	R\$ 1.609.435,45	R\$ 5.134.060,15
Total	2067	1433	2613	R\$ 198.549.244,37	R\$ 62.803.576,07	R\$ 151.533.356,19

Fonte: SIGA/FIPLAN

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 7 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	01
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	15

Fonte:

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração – Não se aplica.

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Desembolso (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termos de Fomento	-	-	-	-	-	-
Termos de Colaboração	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Fonte: DAF

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

QUADRO 8 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração – Não se aplica.

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	

Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 9 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Concluídos ⁽³⁾
Sindicâncias	-	-	-
Processos administrativos disciplinares	01	-	-

Fonte: DOE

Notas:

⁽¹⁾ Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial

No curso do exercício de 2017 houve o dispêndio da ordem de R\$ 38.434,19 (trinta e oito mil quatrocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos), aplicados quando da consecução de itens para suprir o estoque da Entidade, bem como a movimentação do almoxarifado apresentou saída de materiais, totalizando R\$ 39.954,56 (trinta e nove mil novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Assim, considerando o saldo inicial advindo do exercício anterior (2016), as entradas e saídas durante o epígrafado exercício de 2017, constatou-se o saldo final da ordem de R\$ 38.609,28 (trinta e oito mil seiscentos e nove reais e vinte e oito centavos).

Por importante impende salientar que os números apurados concernentes à movimentação do Almoxarifado, confrontados com o exercício anterior, apresentam decréscimo de 42,00% (quarenta e dois inteiros por cento) relativo à entrada de materiais e 46% (quarenta e seis inteiros por cento) referente à saída, materializando o esforço da Administração, quanto a contenção de despesa de custeio.

Quanto aos Bens Permanentes, observa-se que ao longo do exercício de 2017, não houve mutação patrimonial, assim sendo, necessário torna-se destacar a depreciação dos Bens Móveis que atingiu o montante de R\$ 1.446.718,66 (um

milhão quatrocentos e quarenta e seis mil setecentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	R\$ 40.129,65	R\$ 38.434,19	R\$ 39.954,56	R\$ 38.609,28
Bens permanentes	R\$16.953.142,29	-	-	R\$16.953.142,29
Total	R\$16.993.271,94	R\$ 38.434,19	R\$ 39.954,56	R\$16.991.751,57

Fonte: FIPLAN - SIMPAS

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário – Não se aplica

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Fonte:

QUADRO 10 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
A Comissão de Inventário, após conclusão do inventário físico, constatou e relatou Exatidão dos controles.		

Fonte: DAF

Nota:

⁽¹⁾Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
A Comissão de Inventário, após conclusão do inventário físico, constatou e relatou Exatidão dos controles.		

Fonte: DAF

Nota:

⁽¹⁾Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL

5.1 Análise da gestão de pessoal

A Fundação tem 03 (três) servidores permanentes, 03 (três) servidores de outros órgãos à disposição da UJ e possuímos também 44 (quarenta e quatro) cargos comissionados e não há contratação através do REDA. Os serviços de segurança, limpeza, suporte e desenvolvimento de sistemas são prestados por profissionais de empresas terceirizadas contratados através de processo licitatório.

Nos dois últimos anos ocorreram bloqueio de 06 (seis cargos), solicitamos desbloqueio através dos OF. DIREG n°. 031/2016, 173/2016 e 174/2016. Assim, devido a finalização do REDA e dos cargos bloqueados houve redução da despesa com pessoal.

Solicitamos a realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo REDA, através dos processos: 200170298356, OF. DIREG n°. 328/2017, 391/2015.

A definição de uma carreira e quantitativo de pessoal dependem diretamente da política de pessoal do Governo do Estado, cabendo à FAPESB, como vem fazendo, se empenhar para mudar esta realidade.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foi entregue em 04/01/2018.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2016	2017
Servidores da UJ		
Efetivos	03	03
Celetistas	-	-
À disposição de outros órgãos	-	-
Subtotal	03	03
Outros		
REDA	01	-
De outros órgãos à disposição da UJ	04	03
Subtotal	05	03
Total	09	06

Fonte: SIRH

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2016	2017
Com vínculo	1	1
Sem vínculo	43	43
Total	44	44

Fonte: SIRH

TABELA 21 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2016	2017	
Servidores	R\$ 3.961.351,20	R\$ 3.672.239,46	-7
REDA	R\$ 54.282,03	R\$ 34.018,66	-37,32979404
Total	R\$ 4.105.633,23	R\$ 3.706.258,12	-7,704267105

Fonte: FIPLAN

QUADRO 12 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	-
Cargo comissionado	12
REDA	-
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	-
Cargo comissionado	11
REDA	-
Disponibilização	
De outros órgãos	01
Para outros órgãos	
Aposentadoria	01

Fonte: SIRH

6 CONTROLE INTERNO

A Fapesb utiliza internamente um sistema gerencial denominado SIGA - Sistema de Gestão e Apoio à Pesquisa, o qual possui em sua base de dados: os editais lançados pela Fundação; os instrumentos legais (com data da vigência, data da publicação, plano de aplicação, cronograma de desembolso); informação sobre pagamentos; aditivos; e prazos para prestação de contas financeira e técnica.

A Fapesb alimenta, utiliza e consulta os seguintes sistemas externos: FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças; GCC – Gestão de Contas de Consumo Público; SICONV – Sistemas de Convênios; Banco do Brasil; Portal da FINEP; Portal da Receita Federal – DCTF, IRPJ, SEFIP e INSS; Portal da Prefeitura – ISS; SEFAZ – ACPE – Apropriação de Custos Públicos FIPLAN; Mirante (TCE); Compras NET; SIMPAS – Controle de Compras e Almoxarifado; SIAP – Sistema de Administração de Patrimônio; Folha de Pagamento – Sistema PRODEB; Lemotec – Passagens aéreas; SIP – Sistema de Protocolo; SISCT – Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde; Plataforma Carlos Chagas; Portal CAPES.

Diante das exigências da Legislação e de acordo com as recomendações do TCE, a Fundação vem aperfeiçoando seus controles, através:

- Da criação de um planejamento orçamentário e financeiro de acordo com o PPA e LOA;
- Da escuta da Comunidade CT&I, das Câmaras de Assessoramento e
- Da avaliação da FAPESB e do Governo, antes do lançamento de editais e chamadas públicas;
- Da existência de um trâmite interno para validação de editais e chamadas públicas pela Diretoria Específica, Assessoria de Planejamento, Controle Interno, Programa de Bolsas, Setor de Convênios, Procuradoria Jurídica e Diretor Geral;
- Da avaliação de propostas submetidas aos editais e chamadas públicas por pesquisadores especialistas das diversas áreas do conhecimento vinculados a instituições de ensino, pesquisa e inovação de fora do estado da Bahia e de acordo com um Barema de avaliação, garantindo assim, impessoalidade ao processo;
- Da verificação de adimplência e de adequação do plano de aplicação de recursos, antes da geração do Instrumento legal (Termo de Outorga,

Convênio e Contratos), o qual é assinado e publicado no Diário Oficial do Estado.

- Da liberação do recurso em parcelas, visando um melhor acompanhamento da execução dos projetos;
- Da exigência da apresentação de prestação de contas técnica e financeira, parcial e final, bem como da liberação da parcela subsequente estar condicionada à aprovação da referida prestação de contas;
- Da exigência de que qualquer alteração do plano de aplicação seja submetida à análise e aprovação da Fapesb;
- Da realização de visitas técnicas periódicas, além de seminários para avaliação de resultados parciais e finais, que possibilitam a divulgação dos projetos apoiados pela Fapesb para público externo e funcionam como uma prestação de contas à sociedade dos projetos realizados pelos pesquisadores com os recursos recebidos;
- Da avaliação pelo Controle Interno das prestações de contas financeiras (parciais e final) dos projetos;
- Da avaliação de relatórios técnicos (parciais e final) dos projetos que são avaliados quanto ao mérito, pelas Câmaras de Assessoramento e pela Fapesb através de suas Diretorias Científica e de Inovação;
- Da prestação de contas aos entes parceiros nos casos de recursos provenientes de convênios de captação;
- Da suspensão do pagamento mensal de bolsa, na situação de não entrega do relatório técnico parcial pelo bolsista no prazo estabelecido pela Fapesb;
- Do procedimento, em casos de inadimplência, da cobrança da prestação de contas através de e-mail e carta registrada para o beneficiário com cópia para o representante máximo da sua instituição de vínculo. Se mesmo assim, o mesmo não regularizar a sua situação, instauramos Tomada de Contas e abrimos ação de cobrança judicial;
- Da exigência da alimentação constante dos bancos de dados da Fapesb pelos seus técnicos, lançando as informações nos diversos sistemas utilizados com cuidado e fidedignidade.
- Do empenho da Fapesb para, cumprir os prazos estabelecidos em lei.

A Fundação vem realizando Tomadas de Contas, e, nos casos de esgotadas as medidas administrativas sem obter êxito, solicita a devolução de recursos através de ação de cobrança judicial. A maior dificuldade enfrentada deve-se à especificidade da Fundação, ao quadro reduzido de colaboradores, à falta de quadro efetivo para nomeação da comissão para instauração de Tomada de Contas, além da falta de

um Manual de Procedimento de Tomada de Contas regulamentado pelo Estado da Bahia.

QUADRO 13 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
Prestação de contas de repasse	Orientação técnica AGE nº 03/2015 e 06/2015

Fonte: **Plano de Ação 2017 do Controle Interno da FAPESB**

Nota: Convênios a partir de R\$ 150.000,00 com status de inadimplentes no SICON, com a vigência encerrada e com a prestação de contas final dentro da unidade no período da verificação;

20% dos contratos repasse/capitação firmados com valores da 1ª parcela liquidados em 2016;

20% dos Termos de Outorgas firmados e valores liquidados no ano de 2016 com vigência encerrada até março de 2017.

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 14 – Determinações/recomendações do TCE/BA – Não ocorrência

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
Processo TCE n.º		

Fonte:

QUADRO 15 – Recomendações dos demais órgãos de controle – Não ocorrência

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria			

Fonte:

Salvador, 01 de março de 2018.